



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

O discurso da *Veja* sobre meio ambiente: uma análise comparativa da Eco92 e da Rio+20¹

Noêmia Félix da Silva²

Resumo: O objetivo deste artigo é abordar as formações discursivas ambientais na perspectiva dos domínios do “saber-poder” de Foucault presentes na cobertura da revista *Veja* sobre as conferências da ONU realizadas no Rio de Janeiro - a Eco92 e a Rio+20. Procurou-se analisar comparativamente³ estes dois momentos históricos sobre visibilidade da temática ambiental. A base teórico-metodológica deste trabalho aborda alguns dos enfoques contemporâneos da sociologia ambiental como a “tese da sociedade de risco” e a “modernização ecológica” (HANNIGAN (2009), BECK (2010) e SPAARGAREN E MOL (1992)), assim como aspectos analíticos da Análise de Discurso francesa, com Michel Foucault, Pêcheux, Charaudeau, e do discurso jornalístico, com Benetti.

Palavras-Chave: Jornalismo. Meio Ambiente. Rio92. Rio+20. *Veja*. Análise de Discurso.

1. Introdução

O objetivo desta pesquisa é compreender as condições de formação dos discursos ambientais na perspectiva dos domínios do “saber-poder” de Foucault presentes na cobertura da revista *Veja* sobre as conferências da ONU realizadas no Rio de Janeiro - a Eco92 e a Rio+20. Objetiva-se analisar comparativamente estes dois momentos históricos distintos de relevância para a visibilidade da temática ambiental e de embate dos diversos discursos dos atores sociais, institucionais.

1 O relato aqui apresentado é uma parcial do projeto de pesquisa iniciado em 2012, com duração de 2 anos do Núcleo de Pesquisa de Comunicação e Cidadania (SER), ligado ao curso de Jornalismo da PUC-Goiás.

2 Jornalista, doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), Linha Jornalismo e Sociedade, sob orientação da Profª Drª Dione Oliveira Moura, mestre em Comunicação pela UnB e especialista em História pela UFG. É professora no Curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO). E-mail: noemiefelix@terra.com.br

³ O raciocínio comparativo irá nos ajudar a descobrir regularidades, perceber deslocamentos, transformações, identificando (des)continuidades, semelhanças e diferenças nos fenômenos socioambientais.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

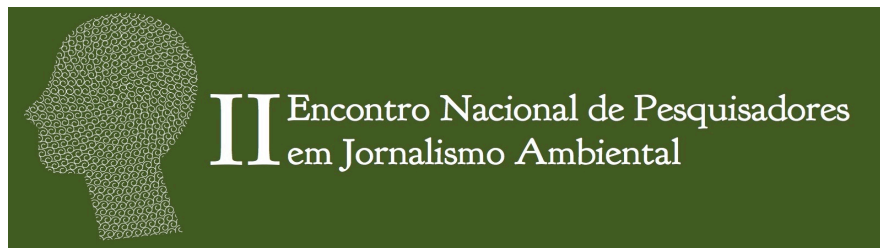
O arcabouço teórico-metodológico parte dos enfoques teóricos contemporâneos da sociologia ambiental (HANNIGAN, 2009; BECK, 2010; SPAARGAREN E MOL, 1992) como a sociedade de risco e a modernização ecológica. Para uma abordagem dos aspectos teóricos e analíticos da AD francesa de Michel Foucault (2002, 2007, 2007b, 2008), Pêcheux (1997), Charandeau (2006) e Benetti (2007).

2. Dois enfoques teóricos contemporâneos sobre a questão socioambiental

Dois perspectivas normativas do desenvolvimento ambiental chamam a atenção para refletirmos sobre o objeto de estudo em questão: “a tese da sociedade de risco” (BECK, 2011) e a modernização ecológica (MOL, SPAARGAREN). Ambos os modelos estão carregados de normas, prescrições modernistas tardias da Alemanha e da Holanda e têm sido colocados em oposição. De um lado, a modernização ecológica (EM) que se propõe transformar as contradições da economia-ecologia em situações de ganho. E de outro, a “teoria da sociedade de risco” argumenta que é um trabalho de Hércules reformar a sociedade industrial fase uma crise ecossocial apocalíptica (BLOWERS, 1997, citado por HANNIGAN, 2009, p.43). No entanto, Hannigan aponta para o que esses dois enfoques têm em comum, a expectativa de que um “estado ambiental” vá emergir onde a proteção ambiental será uma responsabilidade básica.

A tese do sociólogo alemão Ulrich Beck (2011) busca atualizar o modernismo, fazendo uma crítica contundente à modernidade e os riscos que a acompanham, mas também acredita que ela carrega em si a capacidade de resolver os problemas que ela mesma produziu. Beck parte da premissa de que as nações ocidentais se deslocaram de uma sociedade “industrial” ou de “classe” para um paradigma de uma “sociedade de risco”. No primeiro modelo social a questão central é como a riqueza socialmente produzida é distribuída de maneira socialmente desigual, enquanto minimiza os efeitos negativos (pobreza e fome). Já no segundo, os riscos e os perigos produzidos como parte da modernização (poluição e outros) devem ser prevenidos, minimizados, dramatizados e canalizados. Ambos os modelos contêm desigualdades e se estendem, principalmente, nos centros industriais do Terceiro Mundo. Para Beck, “a fome é hierárquica, a poluição é democrática”.

Nesta perspectiva, os riscos causados por eventos de catástrofes ambientais, não são meros acidentes infelizes e sim, um testemunho do insucesso das instituições sociais, especialmente a



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

ciência, em controlar as tecnologias. Riscos que transcendem espaço e tempo, para além das áreas geográficas onde ocorrem os eventos e para as gerações futuras. Para Beck no mesmo tempo que a ciência se tornou cada vez mais necessária na identificação dos riscos, também se tornou menos suficiente para a unidade social da definição de verdade (BECK, 2011, p.156). Ora, quebrando o monopólio das ciências da racionalidade que perdurou em todo o século 20 para uma nova “racionalidade social” enraizada numa crítica ao progresso.

Para Mol e Spaargaren, a Modernização Ecológica é uma troca ecológica do processo de industrialização na direção de uma nova lógica que leve em conta a manutenção da base de sustentação existente. Segundo Hannigan (2009, p.47), esta teoria foi elaborada aos moldes do Relatório Brundtland: “A modernização ecológica como desenvolvimento sustentável indica a possibilidade de transpor a crise ambiental sem deixar o caminho da modernização”. Esse modelo está baseado na realidade nas economias das nações da Europa Ocidental em fase de “ecologização”, através da substituição de novas tecnologias e dos microeletrônicos, tecnologias genéticas e outros processos de produção “limpa”.

Os pensadores dessa vertente são conhecidos pela tentativa de buscar uma conciliação entre a posição apocalíptica de alguns ambientalistas e o empresariado que não querem parar de crescer em detrimento ao meio ambiente. Para Hannigan (2009, p.46) a “modernização ecológica” é limitada por um senso racional de “otimismo tecnológico”. Já que sugere que tudo que a sociedade precisa é acelerar a sociedade industrial poluidora do passado para uma nova era superindustrializada do futuro. É interessante destacar que a teoria não leva em consideração que esta “superindustrialização” é baseada em práticas que degradem o meio ambiente e são tidas como “limpas”. Lembrando que a energia nuclear foi vendida como tecnologia “limpa”.

Para Hannigan (2009), os teóricos da modernização ecológica são tidos como ingênuos por acreditarem que uma produção de práticas ecológicas verdes possa constituir uma poderosa “terceira força” e vá fazer parte de uma trajetória em direção a um futuro sustentável. Pelo contrário, ele lembra que as empresas que lançam mão dessas práticas, somente o fazem a partir da pressão direta da regulação do Estado ou da ação do movimento social ativo. Em outros casos, como bem identifica SCHANAIBERT (2002, citado por HANNIGAN, 2009, p.51), “estes melhoramentos não são reais, tendo sido alcançados somente através da ‘contabilidade criativa’ ou



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

falsos relatórios”. Ele não nega que a ME não possa ser uma importante lente para se pensar mudanças das relações economia-ecologia das sociedades industriais, principalmente, na arena da formulação de políticas. Entretanto, adverte que se a modernização ecológica pode ser capaz de promover o crescimento verde através da inovação tecnológica, por outro lado, pode ser desmascarada como uma “zona livre de ideologia” e, quanto mais sérios forem os problemas ecológicos, mais isto pode ocorrer.

3. Os discursos ambientais na mídia

A análise do discurso tem sido utilizada como método de pesquisa, por diversas escolas ambientais, principalmente nos estudos políticos e na análise de políticas internacionais sobre o meio ambiente. Para o sociólogo ambiental, a política do discurso: “É a criação real de estruturas⁴ e campos de ação por significação de enredos⁵, posições e empregos seletivos dos sistemas compreensivos do discurso” (HANNIGAN, 2009, p.62).

Hannigan realiza um estudo sobre tipologias dos discursos ambientais (HERDELL, BROWN, 1996; BRULLE, 2000; DRYZEK, 2005) para formular sua própria tipologia. O sociólogo segue uma ordem cronológica sobre os discursos que aparecem, segundo ele, em diferentes estágios da história do movimento ambiental, levando em consideração quais os “motivos”⁶ predominantes ou as “justificativas” para a ação ambiental.

O autor inicia numa visão de um discurso arcádico construído no início do século XX, considerado como “poético” e que teve o seu auge no movimento ambiental moderno nos anos 70, moldando as percepções e visões contemporâneas sobre a natureza. Ele é herdeiro “vanguardista” do movimento *Back to Nature* (Volta à natureza), baseado na concepção do selvagem⁷, se

⁴ São entendidas por Brulle (2000) como movimento social que possibilita as práticas das organizações de movimentos ambientais.

⁵ Para Hager, o enredo fornece um sinal para a ação dentro das práticas institucionais.

⁶ Hannigan se baseia em Dryzek (2005) no intuito de perceber que os diversos discursos sobre o meio ambiente não são isolados, mas que se combinam, sendo que às vezes alguns se sobrepõem a outros.

⁷ É importante perceber que o selvagem, para Hannigan, é uma invenção discursiva, construída a partir da concepção da visão da natureza urbanizada e de uma natureza domada, para uma visão romântica, celebrando a experiência selvagem. Assim, desta concepção de natureza selvagem e hostil para outra a da natureza como recursos preciosos a serem preservados.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enja.com.br>

perpetuam até os dias de hoje. Essa vertente foi de suma importância, pois foi a partir dela que foram criados os parques naturais como valor sagrado para o refúgio da sociedade do burburinho das cidades.

Na tipologia de Hannigan entre os discursos sobre a compreensão da natureza e do meio ambiente está o “discurso do ecossistema”, mais identificado com o discurso científico. Esse movimento tem duas dimensões importantes: 1ª) que a linguagem e a lógica da ecologia estavam ligadas à crescente preocupação com a elaboração de uma teoria científica inclusiva dos problemas ambientais; 2ª) a fusão da ecologia com a ética, discutindo os direitos éticos do mundo natural, considerada como comunidade e não como *commodity*. Rechaçando a intervenção humana nos ecossistemas, tidas como prejudiciais e como “algo errado a se fazer”⁸.

A ecologia profunda dos anos 70, com base científica fortaleceu o movimento ambiental por dois motivos: 1º) Permitiu aos ambientalistas usarem a autoridade da ciência para suas campanhas; 2º) por sua visão holística, atraiu uma variedade de “seguidores” religiosos, movimentos naturalistas e outros. O movimento ecológico não é baseado em concepções unânimes sobre a natureza. Hannigan destaca duas tendências discursivas competidoras, percebidas dentro da ecologia científica contemporânea: a concepção de “pureza” e a de “utilidade”. A primeira se baseia numa ciência objetiva, sem juízo de valor e de legitimidade científica. A segunda, como a arena para a formulação de políticas públicas. As essas duas, o sociólogo acrescenta a intervenção recente do conhecimento popular tradicional na busca de uma compreensão mais ampla dos ecossistemas nos quais eles fazem parte, ao invés de só se basearem na observação científica.

E, por fim, o discurso da justiça ambiental, surgido nos EUA, nos anos 80, estruturado na reivindicação dos “direitos civis” dos afetados, e não dos direitos da natureza. Está centrado no que denominam “justiça do meio ambiente”, o que está em jogo é a distribuição e o desenvolvimento desiguais de recursos e a segurança de minorias em áreas de risco.

Nos anos 90, esse movimento se expandiu para incluir a exploração dos povos do Sul⁹. Arnand (citado por Hannigan, 2009), vê um paralelo entre os temas do movimento ambiental

⁸ Neste sentido a construção teórica dos ecossistemas ganham significados morais.

⁹ Os povos do Sul não são apenas os que estão no lado Sul do equador, mas também de países da Ásia e de outros continentes que sofrem as mesmas imposições dos países centrais do Norte.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

americano com a política ambiental internacional entre o Norte e o Sul. O desequilíbrio de poder entre ricos e pobres levam a situação onde os residentes de baixa renda das nações do Sul sofrem os impactos ambientais de forma diferente, tanto quanto a exposição aos poluentes como do acesso aos recursos naturais básicos, como água potável. Ideia também defendida pelo sociólogo Ulrich Beck¹⁰ que aponta que ao contrário das riquezas, os riscos e perigos produzidos pela modernização são igualmente distribuídos entre as nações ricas e pobres.

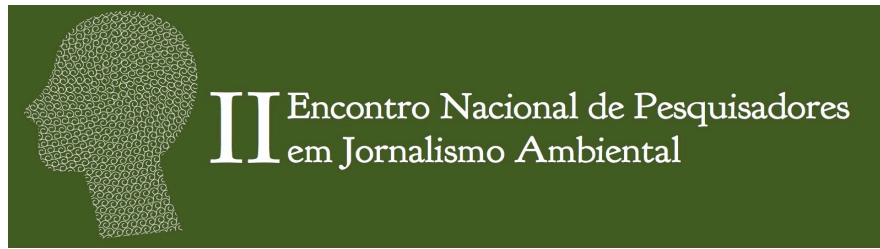
Esses discursos não aparecem de forma estanques ou isolados, para Hannigan, eles são entrosados de maneira dialética. “Os discursos ambientais desenvolvem, cristalizam, bifurcam e dissolvem” (DRYZEK citado por HANNIGAN, 2009, p.83). E, às vezes, retornam num embrulho novo, com uma nova denominação.

4. Análise do discurso na perspectiva foucaultiana

O discurso para Foucault é um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Isto significa dizer que o discurso é um conjunto de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva, sendo que as palavras mudam de sentido quando passam de uma formação discursiva para outra. O conceito de formação discursiva é essencial para compreender o que Foucault entende por discurso. Araújo (2007) explica que ele emprega o conceito de discurso não como um produto de retórica e nem como estrutura significativa de um texto.

Para se chegar a uma formação discursiva, de acordo com Foucault (2007b) se faz necessária a descrição de certo número de enunciados que se remeta a um mesmo objeto, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas. A formação de um objeto está condicionada a determinados critérios: em que condições históricas surgiram o objeto (demarcação das superfícies de sua emergência); quais os mecanismos formais e informais de delimitação do objeto (instâncias de delimitação); e quais os sistemas empregados para a separação dos objetos entre si (grades de

¹⁰ Para ele a modernidade tardia nos levou a uma produção social da riqueza acompanhada de uma produção social do risco, possibilitada por duas condições históricas: 1) pelo nível alcançado pelas forças produtivas humanas e tecnológicas, pela regras jurídicas e do Estado social e, 2) essas mudanças crescentes no processo de modernização são desencadeados riscos e potenciais de auto-ameaça até então desconhecidas.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

especificação).

O enunciado é a unidade elementar do discurso. Uma função pertencente aos signos, caracterizada por quatro elementos: 1) um referente, um princípio de diferenciação; 2) um sujeito como uma posição a ser ocupada; 3) um campo associativo coexistindo com outros enunciados; e 4) uma materialidade específica, se tratando de coisa efetivamente ditas, escritas, gravadas, passíveis de repetição ou reprodução, ativadas por meio de técnicas, práticas e relações sociais.

Para descrever os enunciados se faz necessário dar conta dessas especificidades. Assim, a análise dos enunciados e da formação discursiva é estabelecida relacionadamente. As quatro possibilidades de análise propostas pela FD (formação de objetos e conceitos, modalidades enunciativas e estratégias) correspondem aos quatro domínios que exerce a função enunciativa.

Outra categoria importante na perspectiva foucaultiana é a heterogeneidade discursiva. Para Foucault (2007b), os enunciados são permeados em suas margens por outros enunciados diversos. Sendo que cada FD entra simultaneamente em diversos campos de relações, ocupando posições diferentes em cada lugar que aparece. Assim, o enunciado pode reaparecer se dissociar, se recompor, aumentar de extensão e ganhar novos conteúdos semânticos característicos de uma época determinada.

Essa heterogeneidade também é conhecida por interdiscurso, que se refere à memória discursiva, para Orlandi (1999, p.31), “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito”. E para que as interdiscursividades sejam percebidas é preciso que aflorem as contradições, as diferenças, os apagamentos, os esquecimentos.

Em Foucault (2007b), a heterogeneidade é basicamente a dispersão dos enunciados. E o trabalho analista é mostrar como determinados enunciados aparecem e como se distribuem no interior de um conjunto. E antes de tudo, é compreender que eles são acontecimentos. E partir desta perspectiva a análise deve tratá-los na sua irrupção histórica, na sua singularidade, na sua especificidade de emergência, e não de outra forma.

Mainueneau (1997, p.16) trabalha o conceito de interdiscurso recorrendo as três termos complementares: *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*. Entende-se por universo discursivo “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em uma conjuntura”. E esse conjunto é finito, mas impossível de ser concebido



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

em sua totalidade na AD, pois se trata de um arquivo de uma época.

Enquanto que o campo discursivo é definido por Maingueneau (1997, p.116-117), como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois por uma posição enunciativa em uma dada região”. E o espaço discursivo seria um subconjunto do campo discursivo.

A *ordem do discurso* e a *função do autor* também são elementos importantes para a análise discursiva em Foucault. Ele compreende a ordem como normas que selecionam, organizam, regulam e redistribuem os discursos. Foucault (2002, p.8-9) parte da hipótese que em, toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm a função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

O discurso sofre interdições e estas, segundo Foucault, revelam como tabu do objeto (não se tem o direito de dizer tudo), ritual da circunstância (não se pode falar de tudo em qualquer circunstância), exclusivo do sujeito que fala (qualquer um não pode falar qualquer coisa). Assim, a análise precisa perceber o processo de institucionalização dos discursos, reatualizados constantemente de regras que estabelecem um sistema¹¹ à disposição de quem quer ou pode fazer uso dele.

Dentro os vários aspectos e categorias analíticas de Foucault iremos nos centrar principalmente nas formações discursivas, na busca da compreensão do interdiscurso presente no *corpus* da análise para compreender o “saber-poder” produzidos discursivamente sobre as questões socioambientais.

A noção de micropoder é essencial na proposta de Foucault para a AD. Ela é definida por Powers (2007 apud MORAES, 2012) como uma rede de forças que se interagem visando um objetivo, criando tensões entre indivíduos e grupos. Ele prefere perceber o micropoder nas relações da vida social influenciadas por micropolíticas e não poderes totalizantes, apesar de não negar a existência deste tipo de poder.

Para este sociólogo, Foucault parte da crença de que o discurso da ciência hierarquiza e

¹¹ Sistema com objetos, métodos, corpos de proposições, jogo de regras, de definições, de técnicas e de instrumentos.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

impõe sua maneira de saber como superior com relação aos outros saberes, exercendo a partir desta imposição a sua dominação através dos enunciados, definindo quais são verdadeiros ou falsos. Se autodenominando como o único saber verdadeiro. Portanto, para Foucault, a verdade seria um dos efeitos do poder.

Essa verdade está, para o filósofo, centrada na forma do discurso científico e nas instituições do saber. Há, portanto, um embate “pela verdade”. “Não se trata de um combate ‘em favor’ da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha” (Foucault, 2002, p.13).

O poder em Foucault é um processo que opera lutas contínuas e confrontos que podem mudar, fortalecer ou reverter a polaridade entre poder e resistência¹². Assim, o poder é relacional e construído em contextos específicos e que pode ser identificado nos efeitos sobre a vida das pessoas. Ele não pode ser estabelecido em termos universais e aplicável em qualquer tempo ou lugar.

Só há poder com a constituição de um campo de saber, e este saber constitui também uma relação de poder. Mas para Foucault onde há poder há resistência. Sendo que às vezes ela promove alianças, outras vezes fratura de relações. E como também pode ser reabsorvida pela força ou saberes hegemônicos. No entanto, o autor, reconhece que o saber científico é o mais difícil de ser resistido, pois se fundamenta na Razão. Assim, a vontade de verdade da ciência se confunde com a própria verdade nos dias atuais.

5. Jornalismo e discurso

O jornalismo é um espaço privilegiado para a compreensão dos diversos discursos que o permeiam, pois é um lugar de produção e circulação de sentidos. Benetti (2007) nos chama a

¹² A noção de resistência em Foucault não tem um sentido único em toda a sua obra, como explica Revel (2005, p.74-75), mas o sentido abordado aqui é desenvolvido pelo filósofo a partir dos anos de 1970, quando ele define a relação inseparável entre poder e resistência, sendo que, onde há um, o outro aparece. Ela é a possibilidade de criar espaços de lutas e de agenciar possibilidades de transformação em toda parte. Para ele, resistência é uma estratégia e uma tática: “cada movimento de um serve de ponto de apoio para uma contraofensiva do outro”.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

atenção para suas principais características por ser um discurso dialógico¹³, polifônico¹⁴, opaco¹⁵, efeito e produtor de sentidos, elaborado segundo regras e rotinas particulares. Benetti (2007, p.37) acredita que se o jornalismo, “por um lado deriva da fala de indivíduos inseridos historicamente em seu tempo, por outro tem o poder de nomear, consagrando ou ocultando sujeitos, políticas, instituições, práticas e ideologias”. E ele é também elaborado a partir de regras e rotinas particulares, que estabelecem uma autonomia relativa e lhe conferem feições próprias.

Os *media* noticiosos gerenciam o debate público e são considerados como a “alma” do espaço público¹⁶. A imprensa como “púlpito” é responsável pela animação das operações dos seus próprios saberes e discussões, envolvendo os agentes das diferentes agendas tanto do mundo privado como público. O jornal se torna o espaço do “passeio” dos sentidos variados e da produção dos sentidos que lhes são inerentes¹⁷.

As características específicas deste campo devem impedir, segundo Benetti (2007), as pesquisas no jornalismo seja realizada apenas com o instrumental de outras ciências. “Sempre que um estudo de discurso sobre o campo jornalístico é feito sem considerar fortemente suas regras como campo e suas características como gênero, os resultados são equivocados, distorcidos ou mesmo totalmente inválidos” (BENETTI, 2007, p.38).

Benetti (2007) entende gênero como uma moldura onde se podem enquadrar determinados textos. E para ela, não é uma imposição externa e, sim, uma espécie de acordo que vai se firmando entre quem fala e quem lê, um acordo que cumpre funções e respeita expectativas. Ora, o gênero é

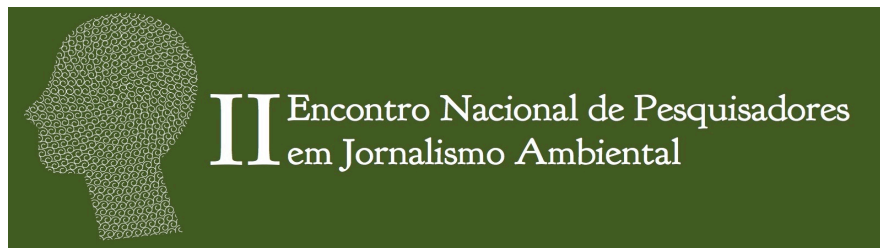
¹³ É dialógico, pois existe apenas na relação entre sujeitos (Bakhtin, 1979) e deve ser pensado em função dos sujeitos que o envolve.

¹⁴ É por natureza polifônico já que para Benetti(2007) supõe pluralidade de vozes e deve ser avaliado segundo a configuração dessa polifonia, nos levando a questionar se é real ou mera aparência.

¹⁵ Apesar de ter um discurso de transparência, o jornalismo é, na verdade, opaco, pois, segundo Benetti (2007) contém diversas possibilidades de interpretação e nem sempre deixa ver seu enunciador, além de não permitir que se visualizem suas condições de produção e os interesses de quem enuncia.

¹⁶ Silva (2006), a partir de Wolton (2004), entende o espaço público como o local eminentemente discursivo que se diferencia da esfera pública habermasiana. É uma abstração, campo localizável das mediações de interações e inflexões entre os mais variados campos e recortes do espaço social. Neste espaço, a imprensa é a tribuna, o coração, a alma, sendo permeada pelas questões e as ideias que transitam, alimentando a argumentação e a deliberação política.

¹⁷ Para Fausto Neto (2000, p.96), os jornais são transformados em ‘terreno de luta’, em local de embate e de debates protagonizados por diferentes falas que ali se constituem e comparecem, e que têm na ‘fala jornalística’ sua condição de anfitriã. [...] o dispositivo jornal é ao mesmo tempo espaço de recepção e de produção de discursos: recepção à medida que autoriza a receber falas de outros lugares institucionais.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

definido por um contrato de leitura ou de comunicação (VERÓN, 1999; CHARAUDEAU, 2006). Esse contrato é um “acordo tácito, entre quem escreve e quem lê, sobre as regras daquele texto, segundo os dispositivos de enunciação definidos também pelo suporte em que esse texto produz sentidos” (BENETTI, 2007, p.38). É importante destacar que no jornalismo há um acordo entre o jornalista e o leitor, estabelecendo o que pode (e não) ser dito e o tipo de informação que deve ser entregue ao leitor. No entanto, há elementos desse acordo que não são ditos, e para Benetti (2007) são essenciais para compreender na análise do jornalismo. A base desta relação contratual entre jornalistas/leitores é que é um discurso comprometido com a verdade, baseado numa credibilidade (CHARANDEAU, 2006). Entretanto, o jornalismo também propaga alguns mitos sobre si como bem sintetiza Benetti (2007, p.39):

a) o jornalismo retrata a realidade como ela é; b) tudo que é de interesse público assim é tratado pelo jornalismo; c) o compromisso com a verdade não se subordina a nenhum outro interesse; d) o jornalismo ouve a melhores fontes, e as fontes oficiais costumam ser as mais confiáveis; e) os melhores especialistas são aqueles que falam na mídia; f) todos que têm algo relevante a dizer têm espaço no jornalismo dito sério ou de referência; g) jornalismo e propaganda não se confundem.

6. Procedimentos metodológicos

A partir dos referenciais teórico-metodológicos discutidos acima, o presente estudo irá observar empiricamente os interdiscursos presentes no *corpus* da análise articulada com os discursos ambientais tipificados por Hannigan (2009). A pesquisa foi composta por um *corpus* selecionado no acervo digital da Revista *Veja*, no mês de junho, período da realização das Conferências Eco92 e Rio+20, por conter uma quantidade significativa de matérias sobre o tema. A escolha da revista *Veja* deveu-se a seu alto índice de circulação, acesso, visibilidade e potencial de agendamento da agenda pública.

Devido ao limite de caracteres deste artigo, os exemplos das formações discursivas (FDs) identificadas na análise foram extraídos do corpo do texto, sendo apontadas apenas as indicações dos textos jornalísticos em nota de rodapé. Ao todo foram analisadas as 4 edições dos meses de junho, totalizando 8 edições, sendo que em apenas 3 revistas de cada ano foram identificados textos



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

sobre as conferências da ONU. As seis revistas foram analisadas na sua totalidade, sendo 3 revistas de junho de 1992 e 3 de junho de 2012, buscando elaborar os discursos presentes ao longo de toda análise.

A análise aqui proposta está longe de ser exaustiva e muito menos completa sobre as FDs no *corpus* analisado. Já que este artigo é uma parcial de um projeto mais amplo que finaliza em 2013 sobre a cobertura da Rio+20, onde serão analisados mais quatro veículos de mídia, a revista *Época* e os jornais *Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* na busca da compreensão dos discursos ambientais sobre as conferências da ONU para as questões sobre o desenvolvimento sustentável.

7. A análise

Em 1992, os olhos do mundo se voltaram para o Brasil, para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como ECO-92, ou Rio-92 e ainda, a Cúpula ou Cimeira da Terra, realizada entre 3 e 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, reuniu mais de cem chefes de Estado, na busca de meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. A Conferência do Rio consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável e contribuiu para mais ampla conscientização sobre os danos ao meio ambiente.

A ECO-92 fez um balanço tanto dos problemas existentes quanto dos progressos realizados, e elaborou documentos importantes que continuam sendo referência para as discussões ambientais até o momento. O evento contou também com um grande número de Organizações Não governamentais (ONGs), que realizaram de forma paralela o Fórum Global, que aprovou a Declaração do Rio (ou Carta da Terra). Duas importantes convenções foram aprovadas durante a ECO-92: uma sobre biodiversidade e outra sobre mudanças climáticas. Outro resultado de fundamental importância foi a assinatura da Agenda 21, um plano de ações com metas para a melhoria das condições ambientais da terra.

A edição 1237, de 03 de junho de 1992, a chamada principal da capa é sobre a Eco 92, bem como 31 páginas internas, isso num momento em que a revista investia na investigação e na publicação de informações sobre as denúncias de Pedro Collor contra o então presidente Fernando



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

Collor de Melo. Na edição seguinte, de 10 de junho de 1992, a *Veja* teve como capa as agressões física e sexual cometidas pelo índio Paiakan, uma das “estrelas do movimento verde”, a uma jovem. A reportagem referente a esta capa leva o selo utilizado pela revista para a Eco92 incluindo esta matéria a relacionada ao evento ambiental. Com o encerramento da Eco92, a cobertura jornalística termina na edição 1239 de *Veja*, datada de 17 de junho de 1992, publica a reportagem “O Rio já é História – As discussões países ricos e pobres, que receberão menos dinheiro do que esperavam”.

Rio 2012

20 anos após a ECO92, é realizada a outra conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida também como Rio+20. Realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, cujo objetivo era discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Além de questões ambientais, foram discutidos, durante o evento, aspectos relacionados às questões sociais como a falta de moradia entre outros.

Ao final das discussões e debates, os países participantes da Conferência da ONU adotaram oficialmente o documento intitulado "O futuro que queremos". O propósito da Rio+20 era formular um plano para que a humanidade se desenvolvesse de modo a garantir vida digna a todas as pessoas, administrando os recursos naturais para que as gerações futuras não fossem prejudicadas.

Interdiscurso: a modernização como solução aos problemas socioambientais

O texto¹⁸ enfoca a fala de Bush contra as reivindicações dos ambientalistas solicitando regras de controle ambiental sobre as empresas. A revista qualifica que parte da opinião pública está frustrada com o que a revista chama de “irrealidades” as reivindicações dos ambientalistas em aumentar a fiscalização sobre o setor privado e suas práticas ambientais. Confirmando o argumento do então presidente americano George Bush, acrescenta um manifesto realizado por 264 cientistas da Europa e dos EUA, entre eles 52 cientistas que ganharam o Prêmio Nobel, como um sinal de alerta aos governantes contra a visão dos ambientalistas. Buscando criar um efeito de verdade sobre que as posições dos ambientalistas são “irracionais”, por se oporem ao progresso científico e

¹⁸ O NORTE diz não. *Veja*, São Paulo, v. 25, n. 24, p. 74-76, 1992. Edição 1238.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

industrial.

Num outro texto¹⁹ o Japão é apontado pelo encarregado da ONU, Maurice Strong, como modelo de uma “superpotência ambiental”. A revista destaca que o Japão descobriu a fórmula de conciliar desenvolvimento e meio ambiente, em meio a uma natureza nada exuberante, uma população inchada num pequeno espaço geográfico. A conciliação no país asiático teria se dado pelas indústrias “limpas” e lucrativas. É realizada uma comparação entre o Japão e os EUA mostrando que mesmo os dois com quase os mesmos padrões industriais e tecnológicos, os índices de emissão de poluentes pelos americanos é infinitamente maior do que do Japão. Começa aqui a construção do discurso da tecnologia como resposta aos problemas ambientais.

Em outro texto²⁰ a *Veja* aborda o grande crescimento demográfico mundial e seus problemas decorrentes da superpopulação e seus impactos no planeta de uma forma alarmista e dramática. Neste texto o argumento é que não tem muita saída. E destaca através da fala de cientistas notáveis da área de que a ciência não tem como solucionar o problema, a não ser que sejam criadas políticas de controle de natalidade dos países pobres. Pobreza esta apontada como uma das principais causas da degradação ambiental. Como bem analisou Pereira (2001) na sua análise sobre a “poluição da pobreza”.

Em 2012, a revista *Veja* muda o tom. Na edição 2273, na matéria de capa é sobre o caso Yoki²¹, mas no auto da capa há uma chamada em uma tarja sobre o Rio+20 com 28 páginas internas, sobre o que esperar do encontro que “celebraria o triunfo da consciência ambiental”. A matéria principal²² tem como título o mesmo do evento *A terra que queremos*, e defende a ideia de que não há grandes expectativas quanto a avanços nas decisões da conferência e vê a reunião como oportunidade de reforçar uma “postura” de um consumidor consciente para forçar governos e empresas a respeitarem o meio ambiente. E defende a ideia de que irá fugir da “retórica vazia” e do “dramatismo inútil” sobre a exploração do meio ambiente, atitudes consideradas comuns nos debates e nas discussões e também da *Veja* quando da sua cobertura em 1992 (PEREIRA, 2011). E

¹⁹ DE VILÃO a modelo. *Veja*, São Paulo, v. 25, n. 24, p. 82-83, 1992. Edição 1238.

²⁰ A BOMBA-relógio. *Veja*, São Paulo, v. 25, n. 25, p. 40-43, 1992. Edição 1239.

²¹ Da morte do industrial do setor de alimentos que teria sido assassinado pela esposa em São Paulo.

²² A TERRA que queremos. *Veja*, São Paulo, v.45, p. 94-95, 2012. Edição 2273.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

aposta na pressão do “consumidor consciente” sobre as empresas como resposta aos problemas ambientais, considerado o “caminho sem volta”²³.

Nas matérias secundárias a revista dá um tom otimista com relação à cobertura realizada pela revista em 1992, considerada alarmista e apocalíptica²⁴. No texto²⁵ faz um balanço dos 20 anos após a Eco92 e mostra “como melhoramos nesses 20 anos” mesmo com o crescimento populacional ter aumento em mais de 2 bilhões de pessoas. Destaca num imenso infográfico de 5 páginas, as melhorias nas condições e qualidade de vida, geradas pelas tecnologias mais “eficientes” na agricultura, no saneamento básico, na saúde e outras áreas. Aborda a diminuição da degradação do meio ambiente, o aumento das áreas de preservação ambiental e a despreocupação com o buraco na camada de Ozônio que está diminuindo.

Na sequência traz um artigo de opinião²⁶ de 8 páginas com dois antropólogos americanos Michael Shellenberger e Ted Nordhaus especialmente para a *Veja*. Eles são autores de um ensaio polêmico *Da morte do ambientalismo à Política do Possível*, onde defendem a morte do atual ambientalismo para dar lugar à outra coisa para se combater as mudanças climáticas. Eles argumentam que o ambientalismo tornou-se separado do resto do mundo e que precisa levar em conta ideias do setor empresarial, dos trabalhadores, do mundo político. Essa tese é defendida no artigo de *Veja* e aponta a tecnologia com a grande chave para se construir uma nova era é a modernização apoiada na tecnologia como resposta aos problemas ambientais.

Na esteira da modernização tecnológica como resposta aos problemas ambientais enfrentados, o texto²⁷ sobre uma nova liderança indígena muito conhecida no exterior, o cacique Almir N. Surui “prova que cultura indígena e modernidade são compatíveis”. Destaca a sua formação universitária e sua relação com o exterior para conduzir os seus projetos ambientais e o preparo da sua tribo indígena para a “modernidade”. A revista coloca como “saudosismo” a morte

²³ Idem, ibidem.

²⁴ Ver análise da revista *Veja* sobre a Eco92 em Pereira (2011).

²⁵ COMO estamos 20 anos depois. *Veja*, São Paulo, v.45, p. 96-100, 2012. Edição 2273.

²⁶ SHELLENBERGER, M.; NORDHAUS, T. O único caminho é a civilização. *Veja*, São Paulo, v.45, p.102-107, 2012. Edição 2273.

²⁷ NOGUEIRA, T. Minha arma é o computador. *Veja*, São Paulo, v.45, p. 138-142, 2012. Edição 2274.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

dos 5 mil índios da tribo Suruí de doenças adquiridas com o contato com os “brancos”. E faz uma comparação com os caiapós do cacique Paiakan, símbolo no Brasil e no exterior das lutas ambientais nas décadas de 1980 e 1990, por falta de modernização e visão de desenvolvimento dos caiapós.

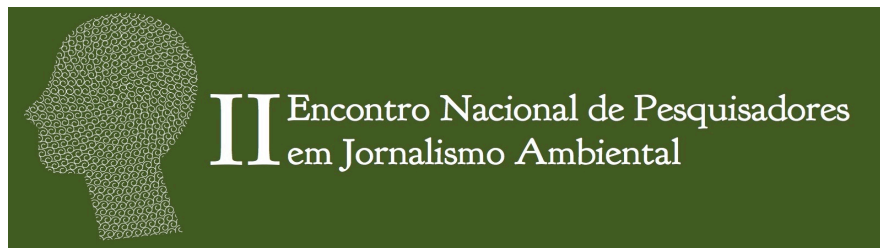
Esse enunciado construído pela revista da modernização como saída para a questão ambiental foi iniciado no Relatório Bruntland na tentativa de conciliar desenvolvimento e modernização. Uma visão, segundo Hannigan otimista quanto à capacidade da ciência e da tecnologia em dar respostas a todos os problemas socioambientais vivenciados. Vale lembrar que nenhuma empresa estabelece práticas ambientais sustentáveis sem a pressão dos governos e dos consumidores.

8. Considerações finais

A cobertura da *Veja* da ECO 92 apresenta uma visão mais apocalíptica, dramática e catastrofista sobre as possibilidades de sobrevivência no e do planeta. Com textos dramáticos e alarmistas, com poucas soluções e alternativas de vida, a revista apresentou os seus enunciados sobre a questão ambiental naquele momento histórico onde se instauravam com grande visibilidade essas questões na mídia e em grandes proporções para o mundo e a população em geral. As ONGs tiveram certa visibilidade e voz nas edições da revista em 1992, assim como outras personalidades da sociedade civil, enquanto que a ideia de ciência como soluções as problemáticas apresentadas é pouco abordada.

Já em 2012, a revista muda o tom da cobertura, sem muitas expectativas sobre as decisões resultantes da conferência. Até pela longa experiência da comunidade jornalística com os 20 anos, pós ECO 92 e por acompanhar diversas outras reuniões realizadas sobre a questão ambiental neste período de duas décadas. Em 1992, quase tudo era novidade, mesmo tendo tido a reunião e Copenhague em 1972. Nos textos de 2012, percebe que a ciência ganha uma perspectiva importante, assim como o “consumidor consciente” como resposta aos problemas ambientais atuais. E faz uma crítica muito forte ao movimento conservacionista e suas propostas.

Avalia com otimismo as últimas décadas, já que na perspectiva da *Veja*, a qualidade de vida e as condições ambientais melhoraram, com a diminuição do buraco de Ozônio e que o aquecimento



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enja.com.br>

global é um exagero dos quase 3 mil cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. A modernização aparece como uma aposta clara da revista como solução aos problemas socioambientais do planeta.

Referências

ARAÚJO, Inês Lacerda. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogeneologia de Foucault. **Revista Aula** - Dossiê Foucault. Semestre dez/2006 e março/2007, p.1-24. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/14.pdf>>. Acessado em: 8 jan de 2013.

BECK, Ulrich. **A sociedade do risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

BENETTI, Márcia. A ironia como estratégia discursiva da revista Veja. **Revista LÍBERO**. São Paulo, n. 20, Ano X, p.37-46, 2007.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editores, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3 ed. São Paulo: Editora contexto, 2012.

FAUSTO NETO, Antonio. AIDS recepção: a contaminação da AIDS pelos discursos sociais. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n.13, p.94-102, dez. 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **As palavras e as coisas**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo, Martins fontes, 2007.

_____. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Universitária, 2007b.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Trad. Annahid Burnett. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.7-23.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

_____. **Ciência e saber:** a trajetória da arqueologia de Foucault. 2 ed. Rio de Janeiro, 2005.

MORAES, Ângela Teixeira. **Forças intervenientes no processo de construção e circulação do discurso jornalístico.** 2012. 236f. Doutorado (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Go, 2012.

ORLANDI, Eni P. **O que é linguística.** São Paulo: Brasiliense, 1999. Coleção Primeiros Passos.

_____. **Discurso e leitura.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi (et al). Campinas: Unicamp, 1997.

PEREIRA, Ariane C. “A poluição da pobreza”: a cobertura das conferências climáticas – Estocolmo, 1972; Rio, 1993; kioto,1997 e Copenhague, 2009 – por Veja. **Revista Estudos Comunicação.** Curitiba, v. 12, n. 29, p. 275-287, set./dez. 2011

REVEL, Judith. **Foucault:** conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

SILVA, Luiz Martins. Jornalismo, espaço público e esfera pública, hoje. **Revista Comunicação e espaço público.** Brasília/DF, n. 1 e 2, ano IX, p.36-47, 2006.

Textos noticiosos analisados

A BOMBA-relógio. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 25, p. 40-43,1992. Edição 1239.

A CIDADE ocupada. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 24,p. 76-77, 1992. Edição 1238.

A FAUNA da festa. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 23, p. 68-73,1992. Edição 1237.

A NATUREZA morta. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 23,p.94-97, 1992. Edição 1237.

A TEMPORADA verde no Rio. **Veja**, São Paulo, v. 25,n. 24, p. 64-65, 1992. Edição 1238.

A TERRA em transe na Eco-92. **Veja**, São Paulo, v. 25,n. 24, p. 52-56, 1992. Edição 1238.

A TERRA que queremos. **Veja**, São Paulo, v.45, p. 94-95, 2012. Edição 2273.

ADIVINHE qual é a terra dos índios. **Veja**, São Paulo, v.45, p. 116-121, 2012. Edição 2273.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

BRUNDTLAND, G. Os ponteiros do relógio estão andando. **Veja**, São Paulo, v.45, p. 114-115, 2012. Edição 2273.

BUTTI, N. Um dogma começa a derreter. **Veja**, São Paulo, v.45, p. 110-113, 2012. Edição 2273.

COMO estamos 20 anos depois. **Veja**, São Paulo, v.45, p. 96-100, 2012. Edição 2273.

DE VILÃO a modelo. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 24, p. 82-83, 1992. Edição 1238.

GOMES, L.; SILBER, P A explosão do instinto selvagem. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 24, p. 68-73, 1992. Edição 1238.

JIMENEZ, G. Ficou para a próxima. **Veja**, São Paulo, v.45, p. 102-104, 2012. Edição 2275.

O NORTE diz não. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 24, p. 74-76, 1992. Edição 1238.

O RIO já é História. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 25, p. 38-39, 1992. Edição 1239.

O TIO sujismundo. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 23, p. 58-60, 1992. Edição 1237.

OS DOIS Brasis. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 23, p. 76-77, 1992. Edição 1237.

OS GUERREIROS do verde. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 23, p. 86-90, 1992. Edição 1237.
p.102-107, 2012. Edição 2273.

RODRIGUES, Sérgio. O léxico da língua verde. **Veja**, São Paulo, v.45, p. 122-124, 2012. Edição 2273

SHELLENBERGER, M.; NORDHAUS, T. O único caminho é a civilização. **Veja**, São Paulo, v.45,

THOMAS, L. Um lugar na história. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 23, p. 100-101, 1992. Edição 1237.

TRAUMANN, T. Fumaça da discórdia. **Veja**, São Paulo, v. 30, n. 49, p. 55-56, 1992. Edição 1525.